

ANEXO 04

ESTRUTURA TARIFÁRIA E SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO, assim como disciplinar o mecanismo de cobrança automática por meio do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.
- 1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar, manter e gerenciar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, composto por equipamentos, sensores e sistemas instalados nos PÓRTICOS ao longo do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, que registra a passagem do veículo para cobrança da TARIFA DA PEDÁGIO sem a necessidade de parada do veículo e sem bloqueios físicos.
- 1.3. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá permitir que a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO ocorra de acordo com a disciplina disposta no item 5 deste ANEXO.

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

- 2.1. O sistema operacional de arrecadação na modalidade SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá contemplar, no mínimo:
 - 2.1.1. Sistema de identificação de eixos (identificando e registrando os eixos que tocam o solo e os que não tocam e o tipo de rodagem, sendo simples ou dupla), para identificação dos veículos;
 - 2.1.2. Sistema de vídeo registro com a função de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) ou similar que seja capaz de registrar as informações do emplacamento traseiro e dianteiro dos veículos;
 - 2.1.3. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento eletrônico, por meio de AVI e/ou outra tecnologia disponível, garantindo-se a interoperabilidade com os sistemas atualmente implantados, de acordo com os normativos pertinentes da AGÊNCIA REGULADORA;
 - 2.1.4. Sistema de arrecadação que viabilize o pagamento por meio da PLATAFORMA a ser disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA;
 - 2.1.5. Sistema de sinalização que permita ao USUÁRIO visualizar o valor da TARIFA DE PEDÁGIO;
 - 2.1.6. Sistema de controle de evasão, conforme normas técnicas; e
 - 2.1.7. Sistema de controle de velocidade, incluindo um radar fixo para cada faixa de rolamento e acostamento localizada sob os PÓRTICOS.
- 2.2. Os PÓRTICOS deverão abrigar os equipamentos necessários para registrar a passagem dos USUÁRIOS do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, bem como viabilizar as funcionalidades exigidas no âmbito do sistema de arrecadação.
- 2.3. Os PÓRTICOS deverão estar iluminados e protegidos com dispositivos de contenção viária de forma a atender às normas vigentes e pertinentes na época de implantação e o disposto no ANEXO 6.
- 2.4. A CONCESSIONÁRIA deverá posicionar os PÓRTICOS de modo a permitir a cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO somente para os usuários de veículos que utilizarem o TÚNEL.
- 2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a Portaria ARTESP nº 97, de 22 de dezembro de 2020, ou regulamentação vigente, no que tange aos requisitos regulamentares para implantação, operação e manutenção de Sistema de Monitoramento de Informações de Pedágio.
- 2.6. O sistema de sinalização no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO deve considerar:

- 2.6.1. A previsão da implantação de sinalização vertical e horizontal de forma a garantir a informação prévia ao USUÁRIO de que o trecho é dotado de PÓRTICOS de cobrança automática.
- 2.6.2. Que as placas de sinalização vertical de indicação e demais componentes de sinalização utilizados devem respeitar os manuais e normas vigentes de sinalização viária.
- 2.6.3. Que a sinalização horizontal e vertical deve ser prevista de forma que o USUÁRIO seja informado da existência do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE antes, durante e depois da tomada de decisão sobre adentrar e/ou permanecer na via dotada dos PÓRTICOS.
- 2.6.4. Que os locais de implantação dos PÓRTICOS deverão estar identificados com placas de sinalização vertical de indicação contendo, no mínimo, o pictograma de Cobrança Automática, SAU-27 ou outro que o substitua para essa finalidade, previsto no Regulamento de Sinalização Viária.
- 2.6.5. Que as seguintes informações devem ser apresentadas ao USUÁRIO de maneira agrupada ou em placas distintas, sendo observadas as melhores técnicas de engenharia viária, garantindo a sua correta visualização:
- Utilização do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE na via;
 - Valores de TARIFA DE PEDÁGIO;
 - Procedimentos para veículos isentos e outras situações especiais;
 - Configuração de infração de trânsito no caso de não pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO;
 - Local, contato telefônico ou sítio eletrônico onde o usuário possa obter mais informações; e
 - Opções de pagamento automático aceitos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO.
- 2.7. A CONCESSIONÁRIA também deverá disponibilizar em seu sítio na internet e demais plataformas pertinentes (e.g. aplicativo para celulares) os valores de TARIFA DE PEDÁGIO vigentes de todas as CATEGORIAS.
- 2.8. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implantar sistema, plenamente auditável, que seja capaz de disponibilizar as informações geradas pelos sistemas de cobrança eletrônica à AGÊNCIA REGULADORA, inclusive quanto à identificação de veículos infratores, observado o disposto no ANEXO 5, no ANEXO 20 e APÊNDICE D.
- 2.10.1. A AGÊNCIA REGULADORA realizará auditoria nos softwares de controle empregados para controlar e gerenciar as transações efetuadas nos PÓRTICOS. Para tanto, o sistema a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA deverá possuir preferencialmente acesso via web e atualização de dados em tempo real, com disponibilização de pares de usuário/senha para consulta da AGÊNCIA REGULADORA.
- 2.10.2. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar para a AGÊNCIA REGULADORA uma planilha mensal com os dados de características dos veículos, com números de eixos totais e tocantes, placa, valor da tarifa devida e tipo de transação (VÁLIDA, INVÁLIDA e INVÁLIDA FRAUDULENTA) para fins de apuração do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES.
- 2.9. O exame dos registros e a identificação do veículo infrator, seguido de eventuais emissões de autos de infração, será da responsabilidade do DER/SP, nos termos do presente ANEXO.
- 2.10. A AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, até 60 (sessenta) dias antes do prazo estimado para a DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, convênio junto ao DER/SP para viabilizar a transferência de informação relacionada ao registro de infrações

de trânsito, inclusive no tocante aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, a fim de auxiliar a emissão de autos de infração pelo DER/SP.

- 2.11. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o monitoramento da qualidade dos registros dos veículos infratores, de forma a garantir o atendimento aos padrões e requisitos estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE e pelas especificações técnicas da AGÊNCIA REGULADORA.
- 2.12. Os equipamentos do sistema de arrecadação deverão armazenar, nos próprios PÓRTICOS, os registros dos veículos que transitarem no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, sendo que a CONCESSIONÁRIA deverá manter os dados armazenados e disponíveis à AGÊNCIA REGULADORA por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 2.13. O SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE deverá operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Será registrado o tempo diário de inoperância para todos os elementos do sistema, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de falhas, falta de manutenção e/ou procedimentos de certificação, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela AGÊNCIA REGULADORA e PODER CONCEDENTE.
- 2.14. Os PÓRTICOS devem prever plataforma para trabalho aéreo de modo que não seja necessário o fechamento das faixas de rolamento e/ou acostamentos nas situações em que seja preciso acessar o PÓRTICO.
- 2.15. A CONCESSIONÁRIA poderá fechar seções das faixas de rolamento sob os PÓRTICOS para a realização de procedimentos de manutenção e/ou certificação, caso necessário e mediante comunicação prévia à AGÊNCIA REGULADORA, desde que não inviabilize a passagem de USUÁRIOS pelo PÓRTICO e a correspondente arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, e desde que não afete o nível de serviço para além dos limites estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS.
- 2.16. Antes de cada PÓRTICO deverá ser previsto um sistema de detecção e controle de altura. O gabarito mínimo do vão livre será de 5,50m para o PÓRTICO.
- 2.17. Os procedimentos previstos neste ANEXO poderão ser revistos, mediante acordo entre as PARTES e a AGÊNCIA REGULADORA, para sua maior efetividade, inclusive em caso de superveniência de norma específica que disponha sobre o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

3. INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL

- 3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado nos ANEXOS 5 e 7, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo PODER CONCEDENTE que tenha impacto na forma de arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, sem prejuízo das demais previsões do CONTRATO e ANEXOS.

Início de Operação Comercial dos pórticos de cobrança

- 3.2. A CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL quando:
 - 3.2.1. Tiver concluído os investimentos previstos no CONTRATO e ANEXOS relativos às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, observado o disposto no CONTRATO e ANEXOS;
 - 3.2.2. Tiver concluído os investimentos necessários para a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;

- 3.2.3. Tiver obtido as licenças necessárias para a operação do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, incluindo a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO;
- 3.2.4. Comprovar a abertura da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, da CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, e da CONTA MULTA, nos termos do APÊNDICE B; e
- 3.2.5. Tiver concluído a implantação da PLATAFORMA.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do ANEXO 20 e do APÊNDICE B.
 - 3.3.1. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores provenientes da arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, sendo vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter em face do PODER CONCEDENTE, ANTAQ ou da ARTESP.
- 3.4. Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 3.2, em até 30 (trinta) dias, (i) a AGÊNCIA REGULADORA deverá verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima, levando em consideração os critérios previstos neste ANEXO e nos ANEXOS 5 e 7 e (ii) o PODER CONCEDENTE deverá realizar a homologação com base nas informações e documentos fornecidos pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 3.5. Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas do item 3.2. acima, a AGÊNCIA REGULADORA comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à OPERAÇÃO COMERCIAL.
 - 3.5.1. A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar o início da vistoria pela AGÊNCIA REGULADORA em até 90 (noventa) dias da data prevista para o cumprimento das referidas condições.
 - 3.5.2. Recebida a solicitação de que trata o item 3.5.1., a AGÊNCIA REGULADORA deverá, em até 45 (quarenta e cinco) dias, enviar relatório para a CONCESSIONÁRIA constatando o atendimento aos requisitos para início da OPERAÇÃO COMERCIAL ou apontando as condicionantes para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
 - 3.5.3. Na hipótese do item 3.5.2 acima, inexistindo risco à liberação segura do tráfego, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar as devidas correções apontadas em relatório em até 30 (trinta) dias após a liberação segura ao tráfego e início da OPERAÇÃO COMERCIAL, prorrogáveis a critério da AGÊNCIA REGULADORA, sob pena de aplicação das penalidades dispostas no ANEXO 11.
 - 3.5.4. A constatação pela AGÊNCIA REGULADORA de “não conformidades” que não representem risco à liberação segura ao tráfego da via não impedirá o início da OPERAÇÃO COMERCIAL. A AGÊNCIA REGULADORA poderá autorizar a OPERAÇÃO COMERCIAL quando não houver impedimento ao tráfego seguro nas vias, sem prejuízo da necessidade de cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das condicionantes apontadas pela agência quando da autorização em prazo compatível com a complexidade das intervenções, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.6. O Sistema Operacional de Arrecadação de Pedágio, incluindo os PÓRTICOS, bem como os demais equipamentos e sistemas relacionados ao SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, deverá atender a todas as normas e especificações mencionadas nos ANEXOS, especialmente no ANEXO 5.

4. ALTERAÇÕES FUTURAS

- 4.1. Poderá ser proposto plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sujeito a prévia aprovação da AGÊNCIA REGULADORA e, conforme o caso, do PODER CONCEDENTE, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, observando-se o princípio da isonomia.
- 4.2.1. Os termos dos eventuais planos de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.
- 4.2. O plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as TARIFAS DE PEDÁGIO para diferentes CATEGORIAS, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.
- 4.3. A avaliação de eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de planos de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas levará em conta o volume de veículos por eixos equivalentes e o valor da TARIFA DE PEDÁGIO fixada para a CATEGORIA 1.

5. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

5.1. Base Tarifária

- 5.1.1. A TARIFA DE PEDÁGIO BASE definida para o mês de março/2023 é de R\$ 6,15 com característica bidirecional, ou seja, será aplicada no mesmo montante para os USUÁRIOS que utilizam o TÚNEL em qualquer sentido.
- 5.1.2. A cobrança pelo AVI deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação ao valor acima indicado, considerando as regras de arredondamento previstas no item 9 deste ANEXO.

5.2. Classificação dos Veículos

- 5.2.1. A determinação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada por meio dos PÓRTICOS levará em conta, além da TARIFA DE PEDÁGIO BASE, um Multiplicador de Tarifa correspondente a cada CATEGORIA de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

TABELA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

CAT	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4

5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR	2	SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

OBSERVAÇÕES:

- I. Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.
- II. Sem prejuízo da TARIFA DE PEDÁGIO calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional conforme norma do Conselho Nacional de Trânsito (“CONTRAN”) aplicável, em função do peso total dos veículos a ela sujeitos.

5.3. Determinação do valor da TARIFA DE PEDÁGIO

- 5.3.1. A TARIFA DE PEDÁGIO que será cobrada nos PÓRTICOS, e comporá a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, será determinada levando em conta a TARIFA DE PEDÁGIO BASE indicada no item 5.1.1 acima, e o Multiplicador da Tarifa correspondente a cada CATEGORIA de veículo, observando-se a seguinte fórmula:

FÓRMULA 1:

$$TFF_t = TB_t \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

TFF_t É a TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada USUÁRIO no ano t .

TB_t É a TARIFA DE PEDÁGIO BASE indicada no item 5.1 acima e atualizada conforme o item 5.4.

Multiplicador É o valor estipulado para cada CATEGORIA de veículo conforme TABELA 2.

5.4. Validade e Atualização das TARIFAS DE PEDÁGIO e CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA

- 5.4.1 As TARIFAS DE PEDÁGIO e a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA serão atualizadas monetariamente pela aplicação do reajuste anual, na forma indicada neste ANEXO.

- 5.4.2 Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO e CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

FÓRMULA 2:

- 5.4.3 Para o primeiro ano contratual, a TARIFA DE PEDÁGIO BASE será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$TB_0 = TB_{mar/2023} \times \frac{IPCA_0}{IPCA_{mar/2023}}$$

Onde,

TB_0	É a TARIFA DE PEDÁGIO BASE no primeiro ano contratual.
$TQ_{mar/2023}$	É a TARIFA DE PEDÁGIO BASE em março/2023, conforme item 5.1.1.
$IPCA_0$	É o número índice ¹ do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
$IPCA_{mar/2023}$	É o número índice ² do IPCA referente a março/2023.

FÓRMULA 3

5.4.4 A partir do segundo ano contratual, a TARIFA DE PEDÁGIO BASE será reajustada por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no primeiro mês do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TB_t = TB_{mar/2023} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{mar/2023}}$$

Onde,

TB_t	É a TARIFA DE PEDÁGIO BASE no ano contratual t.
$TQ_{mar/2023}$	É a TARIFA DE PEDÁGIO BASE em março/2023, conforme item 5.1.1.
$IPCA_t$	É o número índice ³ do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste, no ano t do CONTRATO.
$IPCA_{mar/2023}$	É o número índice ⁴ do IPCA referente a março/2023.

FÓRMULA 4

5.4.5 Para o primeiro ano contratual, a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$CP_0 = CP_{mar/2023} \times \frac{IPCA_0}{IPCA_{mar/2023}}$$

Onde,

CP_0	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA no primeiro ano contratual.
$CP_{mar/2023}$	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA em março/2023, conforme ANEXO 20.
$IPCA_0$	É o número índice ⁵ do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
$IPCA_{mar/2023}$	É o número índice ⁶ do IPCA referente a março/2023.

FÓRMULA 5

5.4.6 A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA a partir do segundo ano contratual será reajustada por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no primeiro mês do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70

¹ Dezembro de 93 = 100.

² Dezembro de 93 = 100.

³ Dezembro de 93 = 100.

⁴ Dezembro de 93 = 100.

⁵ Dezembro de 93 = 100.

⁶ Dezembro de 93 = 100.

da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$CP_t = CP_{mar/2023} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{mar/2023}}$$

Onde,

CP_t	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA no ano contratual t.
$CP_{mar/2023}$	É a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA em março/2023, conforme ANEXO 20.
$IPCA_t$	É o número índice do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t.
$IPCA_{mar/2023}$	É o número índice do IPCA referente a março/2023.

5.5. Incidência de Coeficiente de Desempenho dos Serviços Prestados (CSP)

5.5.1. A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA e a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA levarão em consideração a incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 03.

5.5.2. A CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio das TARIFAS DE PEDÁGIO calculadas, sobre as quais aplicado o IQD, de acordo com a Fórmula 6.

FÓRMULA 6:

$$TFFD_t = TFF_t \times (0,90 + 0,10 \times IQD - OF)$$

Onde,

$TFFD_t$	É a TARIFA DE PEDÁGIO DEVIDA reajustada para o ano t do CONTRATO.
TFF_t	É a TARIFA DE PEDÁGIO reajustada para o ano t do CONTRATO.
IQD	É o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 3, aplicável no ano t do CONTRATO.
OF	É o ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, expresso em termos percentuais.

5.5.3. Além da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, a CONCESSIONÁRIA também fará jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, correspondente à aplicação do IQD sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, de acordo com a Fórmula 7:

FÓRMULA 7:

$$CPE_t = CPF_t \times (0,90 + 0,10 \times IQD - OF)$$

Onde,

CPE_t	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA reajustada para o ano t do CONTRATO.
CPF_t	É a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA reajustada para o ano t do CONTRATO.
IQD	É o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) previsto no ANEXO 3, aplicável no ano t do CONTRATO.
OF	É o ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, expresso em termos percentuais.

5.5.4. Os valores pagos pelos USUÁRIOS a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, assim como o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA, apurado mensalmente nos termos do ANEXO 20, deverão ser depositados na CONTA CENTRALIZADORA, respectivamente pela

CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE. O processamento dos recursos transitados pela CONTA CENTRALIZADORA está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE B.

5.5.5. A aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO.

5.5.6. A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação do valor referente ao IQD para o respectivo ano contratual.

5.6. Saldo em Favor da Concessão

5.6.1 O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD + \sum CPF - CPE$$

Onde,

<i>SRPC_d</i>	É o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO calculado em determinado dia de operação.
<i>RTB</i>	É a soma da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, conforme o disposto em 5.3 deste ANEXO.
<i>RTD</i>	É a soma da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA conforme disposto em 5.5 deste ANEXO.
<i>CPE</i>	É a soma da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA conforme disposto em 5.5.3 deste ANEXO.
<i>CPF</i>	É a soma da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DEVIDA conforme disposto em 5.5.3 deste ANEXO.

5.6.2 O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO deverá ser apurado mensalmente e o valor resultante transferido, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE B.

5.6.3 Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias, serão apurados os valores finais de SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA. Caso haja diferença entre o os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO final calculado para o mesmo ano:

- (i) Se positiva, a AGÊNCIA REGULADORA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, comunicar o BANCO DEPOSITÁRIO para que transfira o valor excedente para conta corrente de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

5.7. Aprovação das Tarifas

5.7.1 Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA DE PEDÁGIO BASE e da TARIFA DEVIDA serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da AGÊNCIA REGULADORA para verificação de consistência.

5.7.2 A AGÊNCIA REGULADORA deverá avaliar se aprova o cálculo apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 15 (quinze) dias contados de seu recebimento.

5.7.3 Em caso de inconsistência ou dúvidas relacionadas ao cálculo dos valores atualizados da TARIFA DE PEDÁGIO BASE e/ou da TARIFA DEVIDA apresentado pela CONCESSIONÁRIA, deverá a AGÊNCIA REGULADORA notificar a CONCESSIONÁRIA para saneamento, hipótese na qual se aplicar-se-á o prazo disposto no item anterior após reapresentação do cálculo.

5.7.4 A AGÊNCIA REGULADORA não poderá se abster de aprovar o cálculo da TARIFA DE PEDÁGIO BASE ou da TARIFA DEVIDA no prazo indicado no item 5.7.2. caso a inconsistência seja constatada em apenas um dos cálculos.

5.8. Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

5.8.1 Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA/IBGE.

6. ISENÇÕES

6.1. Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- (i) de propriedade do PODER CONCEDENTE e da AGÊNCIA REGULADORA;
- (ii) de propriedade do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do ESTADO;
- (iii) de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- (iv) das forças militares, quando em instrução ou manobra; e
- (v) de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do ESTADO, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos - GCTI, do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela AGÊNCIA REGULADORA, na forma regulamentada.

7. VEDAÇÃO DE PRIVILÉGIOS TARIFÁRIOS ESPECÍFICOS

7.5. É vedado à AGÊNCIA REGULADORA ou ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto:

7.1.1. no cumprimento de Lei;

7.1.2. nas hipóteses previstas no artigo 13 da Lei Federal nº 8.987/1995; ou

7.1.3. se previamente autorizado pela AGÊNCIA REGULADORA, no contexto de plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas.

8. PROMOÇÕES E DESCONTOS

8.5. A CONCESSIONÁRIA, a seu critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionadas ao plano de TARIFA DE PEDÁGIO, sem que isso possa gerar qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ressalvado o disposto no item 4 deste ANEXO. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo da Fórmula 4 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

9. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

- 9.5. A TARIFA DE PEDÁGIO será expressa em reais e centavos, devendo ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não efetuado nenhum arredondamento.

10. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

- 10.5. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, no âmbito da implantação e gerenciamento do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, sem prejuízo das demais exigências correlatas, dispostas no CONTRATO e ANEXOS:

- 10.1.1. Observar, de maneira estrita, o disposto neste ANEXO e no CONTRATO;
- 10.1.2. Identificar os veículos que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades e nos prazos disponibilizados, nos termos deste ANEXO, e da legislação e normativas aplicáveis;
- 10.1.3. Disponibilizar plataformas digital e física para pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, que seja plenamente auditável, para os USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento automático e imediato, por meio dos meios de pagamento disponibilizados, desde o início da operação dos PÓRTICOS (PLATAFORMA);
- 10.1.4. Elaborar relatório mensal contendo, no mínimo, os registros, evidências e memórias de cálculo para contabilização das evasões ocorridas nos PÓRTICOS, nos termos do item 10.2.1, bem como da arrecadação que seria auferida caso as evasões não tivessem ocorrido, a fim de subsidiar as informações exigidas no âmbito do mecanismo de pagamento deste CONTRATO;
 - 10.1.4.1. Observado o disposto no ANEXO 20, estas informações deverão ser plenamente auditáveis e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos infratores, nos termos do ANEXO 05, além de permanecerem armazenadas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.
- 10.1.5. Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS, indicando as formas de pagamento da TARIFA disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA;
- 10.1.6. Sinalizar as pistas;
- 10.1.7. Permitir a fiscalização da arrecadação;
- 10.1.8. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO;
- 10.1.9. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- 10.1.10. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- 10.1.11. Controlar a arrecadação por PÓRTICO, data, horário e demais procedimentos de compartilhamento de informações estipulados;
- 10.1.12. Prestar atendimento e garantir informação sobre as TARIFAS DE PEDÁGIO ao USUÁRIO;
- 10.1.13. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nos PÓRTICOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a AGÊNCIA REGULADORA, nos dois níveis de registro, com dados sobre o tipo de veículo, o número de eixos e as características de rodagem, a saber:

- (i) Informação física do registro da passagem do veículo, caso existente sensor de pista no SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE;

- (ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas PÓRTICOS e informação do registro físico de tráfego;

10.1.14. Permitir a integração das informações com o CCI conforme os termos estabelecidos no CONTRATO.

10.2. Plataforma

10.2.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e gerenciamento da PLATAFORMA, com acesso via web e/ou aplicativo mobile, plenamente auditável, que deverá possibilitar que os USUÁRIOS que não efetuaram o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO, em relação à utilização do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, possam realizar a consulta de débitos e realizar pagamentos, nos prazos e nas condições estabelecidos neste ANEXO, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela adoção de todos os procedimentos necessários e pelo pagamento de todos custos e despesas aplicáveis.

10.2.2. A PLATAFORMA deverá ser compatível com os sistemas da AGÊNCIA REGULADORA, de modo que seja possível a criação de uma plataforma única de todas as concessões. À medida que a AGÊNCIA REGULADORA disponibilize plataforma web ou aplicativo único integrado para todas as concessões do estado de São Paulo, a CONCESSIONÁRIA ficará responsável por realizar a migração/integração para dentro desta plataforma.

10.2.3. A CONCESSIONÁRIA também poderá prever outras formas de pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, como por exemplo aplicativos, totens de autoatendimento, pagamento instantâneo (PIX), disponibilização de locais conveniados para pagamento físico, entre outros observada a regulamentação vigente.

10.2.3.1. Os meios eletrônicos de pagamento deverão assegurar o envio automático da arrecadação à CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.

10.2.3.2. Nos casos de pagamento viabilizado nos termos do item 10.2.3 acima, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir o depósito de tais valores na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva arrecadação.

10.2.4. O USUÁRIO que não tiver efetuado o pagamento automático e imediato durante a sua passagem pelo PÓRTICO (i) por não deter dispositivo AVI; ou, (ii) detendo dispositivo AVI, não haver processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá realizar o pagamento por meio da PLATAFORMA, no prazo de 15 (quinze) dias da passagem pelo respectivo PÓRTICO do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO.

10.2.5. A não efetivação do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO pelo USUÁRIO, no prazo indicado no item 10.2.4 e observado disposto no item 10.2.5.1, constituirá evasão para fins do CONTRATO e acarretará a emissão de auto de infração por evasão pelo DER/SP, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e da Resolução Contran nº 984/2022 ou norma que venha a substituí-la.

10.2.5.1. A utilização do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO por USUÁRIO que não detenha dispositivo AVI não é caracterizada como infração de trânsito, de modo que o USUÁRIO somente será autuado por evasão caso deixe de efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO na forma estabelecida no item 10.2.4, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro.

10.2.5.2. O USUÁRIO que detiver dispositivo AVI, mas tenha deixado de realizar o pagamento automático e imediato da TARIFA DE PEDÁGIO durante a sua passagem pelo PÓRTICO por falta de processamento do pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, deverá ser comunicado pela CONCESSIONÁRIA, por

meio de OSA, da necessidade de realizar pagamento por intermédio da PLATAFORMA, caracterizando-se a evasão, para fins de autuação, caso não haja pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado de sua cientificação.

10.2.5.3. O prazo para o DER/SP emitir o auto de infração será contado a partir da materialização da infração de trânsito, ou seja, no dia seguinte ao esgotamento do prazo concedido ao USUÁRIO para realizar o pagamento voluntário na PLATAFORMA a ser implantada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 10.2.4, e observado o disposto no item 10.2.5.1.

10.2.5.4. Caso o USUÁRIO venha a realizar o pagamento dentro do prazo descrito no item 10.2.4, a receita auferida será devidamente registrada e comporá a RECEITA TARIFÁRIA.

10.2.6. A PLATAFORMA deverá permitir que todos os USUÁRIOS que tiverem utilizado o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO possam efetuar o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO devida pela passagem pelo PÓRTICO, utilizando os meios de pagamento eletrônico previstos na legislação e regulação competente.

10.2.7. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, por meio da PLATAFORMA, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste ANEXO e no ANEXO 5, página com instruções sobre as modalidades e os procedimentos para o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

10.2.8. O regramento disposto neste ANEXO poderá ser alterado ou adequado a eventual norma superveniente, em especial daquelas emanadas pelo CONTRAN, que regulamente aspectos relacionados à autuação de USUÁRIOS infratores, notadamente em relação às condições, procedimentos pertinentes, forma de identificação dos veículos e emissão das competentes autuações.

11. NORMAS OPERACIONAIS

11.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à AGÊNCIA REGULADORA, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, acidentes e outros.

12. COBRANÇA COERCITIVA DE TARIFA PELO PODER CONCEDENTE

12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar os veículos dos USUÁRIOS que não efetuarem o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO por meio das modalidades permitidas e nos prazos disponibilizados, conforme previsto neste ANEXO.

12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar semanalmente para o DER/SP relatório contendo, no mínimo, os registros, as evidências e as informações que possibilitem ao DER/SP emitir as multas de evasão, nos termos dos artigos 209-A e 280 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 984/2022, quais sejam: local, data e hora do cometimento da infração, caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos solicitados pelo DER/SP, desde que imprescindíveis para a emissão das multas, observada a regulação vigente.

12.2.1. Para o envio das informações indicadas no item 12.2, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar a base de dados dos USUÁRIOS isentos, nos termos deste ANEXO.

12.2.2. As informações enviadas pela CONCESSIONÁRIA semanalmente, nos termos do item 12.2, não poderão conter registros com mais de 10 (dez) dias de antecedência à data do envio ao DER/SP.

12.3. As informações mencionadas no item 12.2 deverão ser entregues de forma passível de auditoria e atender aos requisitos de registro e disponibilização aplicáveis aos dados relativos aos veículos dos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do ANEXO 5.

- 12.3.1. As informações do item 12.2 deverão ser auditadas anualmente por empresa especializada de auditoria independente, idônea e de notória especialização, devendo o relatório de auditoria ser encaminhado ao DER/SP e à AGÊNCIA REGULADORA em até 15 (quinze) dias de sua emissão.
- 12.3.1.1. A auditoria com empresa independente deverá ser realizada de forma a contemplar:
- a. Auditoria amostral de resultados: a auditoria deverá selecionar, de forma amostral e aleatória, imagens de veículos que passaram no PÓRTICO ao longo do ano, e verificar se as informações contidas no banco de dados estão corretas (placa, tipo de veículo, quantidade de eixos; presença de TAG; etc.), além de veículos que deixaram de ser registrados pelo Sistema de Controle de Arrecadação, ou se há alguma inconsistência no cadastro. Deverão ser apontadas todas as inconsistências verificadas e calculado qual seria o percentual de erro, para cada um dos elementos, além do percentual global, diante do total de amostras coletadas. Também poderão ser consultados outros equipamentos extra-pórticos para realização da auditoria (imagens das câmeras do CFTV, entre outros).
- 12.3.1.2. A auditoria deverá avaliar (i) se o montante a título de AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES pago à CONCESSIONÁRIA nos últimos 12 (doze) meses está aderente ao número de TRANSAÇÕES VÁLIDAS e de TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS, incluindo a avaliação sobre precisão das informações sobre eixo e categoria de veículos considerados pela CONCESSIONÁRIA para calcular o AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES, e (ii) a porcentagem de eixos tocantes e totais de TRANSAÇÕES INVÁLIDAS FRAUDULENTAS e de TRANSAÇÕES VÁLIDAS, de forma a ser possível o reequilíbrio dos valores já pagos do AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES nos últimos 12 (doze) meses.
- 12.3.2. Os relatórios resultantes das auditorias deverão ser disponibilizados à AGÊNCIA REGULADORA, por meio eletrônico, preferencialmente por meio do SISPROJ da CONCESSÃO.
- 12.3.3. Eventuais divergências entre os dados considerados pela AGÊNCIA REGULADORA para fins da AJUSTE DE USUÁRIOS INADIMPLENTES e os dados finais objeto de auditoria deverão ser ajustados e compensados anualmente.
- 12.3.4. Independentemente dos ajustes indicados no item 12.3.3, acima, o DER/SP ou a AGÊNCIA REGULADORA poderão, na eventualidade de identificarem qualquer indício de fraude, erro ou divergência nas informações prestadas periodicamente pela CONCESSIONÁRIA, exigir que a CONCESSIONÁRIA promova, às suas expensas, a contratação de auditoria independente, necessariamente diferente da empresa de auditoria que tiver realizado a auditoria mencionada no item 12.3.1, para realização de auditoria extraordinária nos dados transmitidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo os resultados de tal atividade serem apresentados diretamente à AGÊNCIA REGULADORA e/ou DER/SP para adoção das providências cabíveis.
- 12.4. O DER/SP deverá, em até 30 (trinta) dias do recebimento de cada relatório mencionado no item 12.2, analisar as informações dos USUÁRIOS INADIMPLENTES e atestar à AGÊNCIA REGULADORA, mediante envio de notificação ou documento equivalente, quais os registros enviados pela CONCESSIONÁRIA que contêm todos os dados necessários para que o DER/SP emita as notificações de autuação, independentemente de ter emitido ou

não referidas notificações, e quais os que não cumpriram tais requisitos.

- 12.5. O DER/SP deverá notificar a AGÊNCIA REGULADORA, oportunamente, do recebimento de eventuais informações inverídicas ou incorretas sobre os USUÁRIOS INADIMPLENTES, para fins de aplicação da penalidade prevista no ANEXO 11, pela AGÊNCIA REGULADORA, bem como eventuais cobranças indevidas, aqui entendidas como envio de informações ao DER/SP acerca de USUÁRIOS taxados como inadimplentes, mas que tenham realizado o pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO, para fins de aplicação pela AGÊNCIA REGULADORA da penalidade prevista no ANEXO 11.
- 12.6. O DER/SP aplicará multa de evasão aos USUÁRIOS INADIMPLENTES, nos termos do artigo 209-A da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e da Lei Federal nº 14.157 de 1º de junho de 2021, bem como Resolução Contran nº 984/2022, ou das normas que venham a substituí-las.
- 12.7. A relação entre USUÁRIOS e OSAs é estritamente privada e não afeta a CONCESSÃO ou a CONCESSIONÁRIA. Desse modo, eventual inadimplência dos USUÁRIOS perante determinada(s) OSA(s) não gera reflexos perante a CONCESSÃO.